

DESAFIOS DA GESTÃO DE UM ESPAÇO DE LAZER: um olhar para a Praça CEU Coronel Adelmir Romualdo de Oliveira, de Juiz de Fora - MG

Angely Cruzeiro Correa da Silva¹

Resumo:

O objetivo desta pesquisa é discutir os desafios relativos à gestão da Praça CEU Coronel Adelmir Romualdo de Oliveira e inspecionar como as transformações urbanas vivenciadas nos espaços públicos da cidade de Juiz de Fora possibilitam novas perspectivas e demandas de uso da praça CEU, o que se torna um desafio a ser enfrentado pelos gestores públicos. O presente trabalho buscou, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas semiestruturadas com o representante da Praça CEU, e um ex-professor da oficina de dança. O intuito é de identificar as principais atividades desenvolvidas, bem como apontar, de forma preliminar, alguns dilemas na gestão desse espaço público de lazer da cidade. Portanto, foi percebido que, ao final da pesquisa, foram identificadas situações passíveis de melhoria, como, por exemplo, melhor sinalização das atividades levadas a efeito.

Palavras-chave: Praça CEU Coronel Adelmir Romualdo de Oliveira, Políticas Públicas, Lazer, Acesso, Inclusão.

Abstract:

The objective of this research is to discuss the challenges related to the management of Praça CEU Coronel Adelmir Romualdo de Oliveira and to inspect how the urban transformations experienced in the public spaces of the city of Juiz de Fora enable new perspectives and demands for the use of the Praça CEU, which becomes a challenge to be faced by public managers. The present work sought, through bibliographic and documentary research, in addition to semi-structured interviews with the representative of Praça CEU, and a former teacher of the dance workshop. The intention is to identify the main activities developed, as well as to point out, in a preliminary way, some dilemmas in the management of this public leisure space in the city. Therefore, it was noticed that, at the end of the research, situations that could be improved were identified, such as, for example, better signaling of the activities carried out.

Keywords: Praça CEU Coronel Adelmir Romualdo de Oliveira, *Public Policies, Leisure, Access, Inclusion.*

¹ Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. E-mail: angelycruzeiro@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado em Turismo como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Profº. Doutor Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior.

1 INTRODUÇÃO

O lazer, seja como foco de reivindicação popular, seja também alvo de estudos acadêmicos, recebeu maior notoriedade no Brasil quando passou a ser considerado um direito social previsto na Constituição de 1988. No entanto, para sua efetivação, o lazer deve extrapolar o âmbito legal a ser garantido pelo Estado por meio de políticas públicas que tornem acessível esse direito a todos, indistintamente. (AREIAS, 2011). Os direitos sociais são direitos fundamentais que devem ser oferecidos a todos os cidadãos. A Constituição Federal no art. 6º ao 11º relaciona como parte do fundamento dessa Carta Magna o direito à saúde, à alimentação, ao transporte, à segurança, à previdência e à assistência social, à moradia, ao trabalho, assim como o lazer.

Para Gomes (2014), os conceitos de lazer podem gerar diversas interpretações e, por isso, precisam ser contextualizados pois não são universais. Desse modo, torna-se imprescindível tal reflexão, tendo em vista a necessidade de repensar e superar a crença de que apenas há uma história única e universal do lazer e somente um conceito a ser legitimado.

O lazer constitui relações dialógicas com a educação, com o trabalho, com a política, com a economia, com a linguagem e com a arte, entre outras dimensões da vida social, sendo parte integrante e constitutiva de cada coletividade. Nesse sentido, o lazer pode e deve dialogar com o trabalho, mas não de uma forma binária, que exclua outros fenômenos sociais; tampouco o binômio lazer-trabalho seria o mais importante a ser contemplado na produção teórico conceitual sobre a temática (GOMES, 2014, p. 12).

Das últimas décadas do século XIX até os dias atuais, a sociedade vem sofrendo mudanças sociais, econômicas e políticas de caráter estrutural, resultando em transformações significativas na dinâmica mundial e no mundo do trabalho. O avanço tecnológico, introduzido na cadeia produtiva, apresenta-se como um dos principais fatores desta mudança (BRUHNS, 2001 *apud* LOUREIRO; SOUZA, 2006, p. 157). Como exemplo dessas transformações, Gonçalves (2011) pondera que diversos organismos reorganizaram suas estruturas de lazer e tempo livre dos trabalhadores com surgimento de novos projetos que buscam “preencher” o lazer das camadas populares.

O início do meu interesse pelo tema da pesquisa, mais especificamente o CEU Coronel Adelmir Romualdo de Oliveira, se deve a partir de minhas experiências pessoais vivenciadas na Praça CEU. Como moradora, nascida e criada na Zona Norte da cidade de Juiz de Fora - MG, tive a oportunidade de acompanhar a implementação e execução do projeto CEU na região

que se iniciou em 2015, transformando um espaço, antes desprovido do fomento de atividades de lazer e também de segurança local, num símbolo de uma nova abordagem por meio de uma estrutura impulsionadora para as práticas de lazer e atividades que envolvem esportes, arte e cultura, ampliando novas perspectivas para a comunidade local.

A gestão do lazer se refere à administração das instituições e ações voltadas às experiências do âmbito do lazer, envolvendo os espaços em que ocorrem as diversas atividades e eventos, atendendo aos interesses culturais, bem como aos aspectos legais, aos fatores relativos à segurança, ao marketing e à comunicação. Desta forma, percebe-se a importância do foco na questão dos espaços, no sentido de proporcionar oportunidades de vivências positivamente significativas (HOURCADE; GUTIERREZ, 2004).

Em minha experiência pessoal, sendo aluna da rede pública de ensino por toda trajetória escolar, desde a infância até o fim da adolescência, tive acesso a espaços públicos que oferecem experiências de lazer em prol da arte e da cultura. Através de visitas técnicas a museus, praças, cinemas e a teatros da cidade, por influência da escola, foi possível ter experiências que, ao longo dos anos, inconscientemente, construíram em mim o desejo de ampliar meus horizontes e me apresentaram novas perspectivas e uma nova visão de mundo, tendo sido o ingresso na universidade parte desta influência.

Posto isso, é essencial entendermos quais são as possibilidades e os dilemas relativos de uma gestão pública de um espaço de lazer, tendo em mente todos os conceitos apresentados acima sobre a necessidade da interpretação do contexto em que uma atividade de lazer é atribuída, em conjunto ao parecer dos direitos sociais que busca atender a uma determinada demanda social no contexto de suas atualidades. Ao direcionar esse tópico para o nosso objetivo estudo, no caso a Praça CEU Coronel Adelmir Romualdo de Oliveira, em Juiz de Fora - MG, podemos questionar: Quais são as possibilidades e os dilemas relativos à sua gestão? Como sua gestão é promovida? Sua promoção tem o devido alcance? O objetivo geral desta pesquisa será discutir os desafios e as possibilidades relativos à gestão desse espaço público de lazer. E, como objetivos específicos, espera-se discutir a trajetória das Praças CEU's no Brasil e debater os desafios ao se pensar o lazer num espaço público.

Quanto à estrutura deste trabalho, ele se subdivide em cinco tópicos, para além desta introdução. No primeiro, serão apresentados os procedimentos metodológicos; no segundo, a trajetória das Praças CEU's no Brasil será evidenciada. No item a seguir, uma discussão teórica sobre políticas públicas, o lazer e a gestão de um espaço público, para, na sequência, apresentar os resultados e discuti-los. Por fim, se têm as considerações finais, momento em que se procura

sintetizar algumas conclusões do trabalho.

2 METODOLOGIA

No que tange às estratégias metodológicas deste trabalho, a proposta é apresentada por meio de três abordagens, sendo elas:

1. Levantamento de bibliografias que dialoguem com a temática proposta, tendo como referencial, livros, documentos, artigos, reportagens, entre outras publicações sobre a história de desenvolvimento e a iniciativa de inclusão da comunidade por meio da política pública, entre outras publicações sobre o lazer e espaços públicos. Ringel *et. al.* (2015, p. 4), ao mencionar Gil (2002), defende que “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos”. O autor cita que a principal vantagem de realizar uma pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de vários acontecimentos mais amplos em relação ao que uma pesquisa permite coletar.

2. Pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Como descreve Zanette (2017), a pesquisa tem como foco tal abordagem investigativa para uma análise interpretativa e não de quantificação de dados. Sendo assim, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com o representante da Praça CEU com vistas a adquirir conhecimentos sobre o funcionamento do espaço.

3. Análise dos dados coletados serão abordados conforme a ordem dos assuntos, o que, segundo Leite (2017 p. 548 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986), “fornecem condições para que se possa compreender, decodificar, explicar e, ainda, enfatizar a multiplicidade do campo de pesquisa, realizando essa ampla compreensão por meio do contato direto com a situação investigada”. Por isso, a partir das entrevistas, os dados coletados serão analisados buscando descrever e intercalar os conceitos dos autores citados para compreender o objetivo proposto.

Para Yin (2009), o mais importante é buscar casos que representem de fato o fenômeno e estruture o estudo para atingir os objetivos pretendidos que são desdobrar as questões que norteiam a inclusão, nesse caso, a gestão da equipe e gestão das vivências de lazer na Praça CEU. A metodologia utilizada apresentou-se através de entrevistas realizadas com funcionários da Praça CEU nas datas de 16 e 22 de janeiro de 2022 (no caso, o coordenador do espaço e um

professor da oficina de dança).²

Quanto às entrevistas, a opção por apreender o ponto de vista do gestor do espaço se dá pelos conhecimentos que ele possui, pela visão ampla da realidade que contempla; Já o ex-professor de dança foi ouvido porque foi o único educador ou ex-educador que se dispôs a partir da entrevista, visto que todos os demais docentes consultados não puderam contribuir com essa investigação. A opção por ouvir o professor se dá pelo fato dele atuar mais diretamente com o público, portanto perceber como se dá a relação das pessoas com o espaço.

O tópico seguinte terá como discussão o Projeto CEU e as características principais que o espaço possui na cidade de Juiz de Fora.

3 O PROJETO CEU

O Centro de Artes e Esportes Unificados, apresentado como Praça CEU, é uma iniciativa do Governo Federal mediada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Projeto CEU é um programa criado em 22 de janeiro de 2007 pelo decreto nº 6.025, com o intuito acelerar o crescimento econômico do Brasil, viabilizando a implementação das praças em centenas de municípios por todo o país.

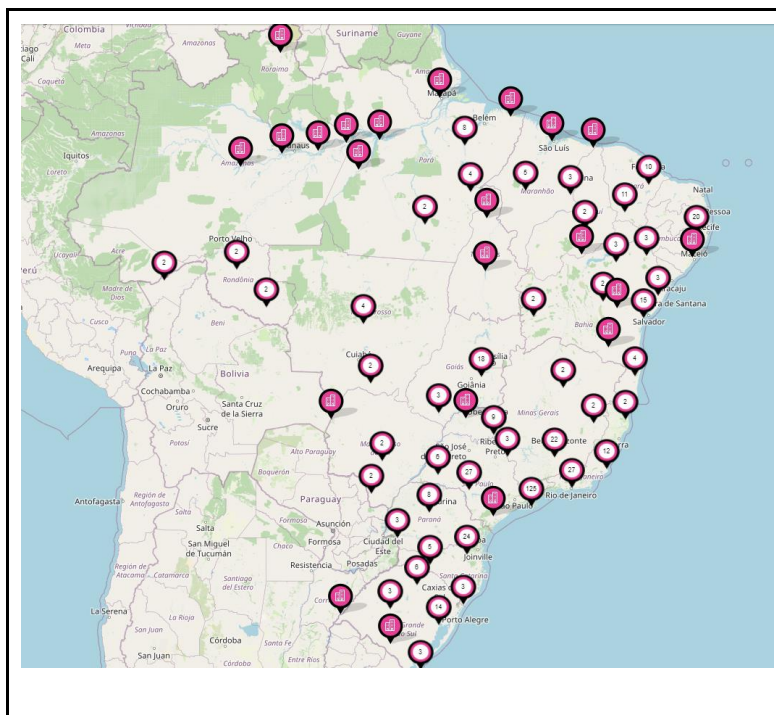
O projeto foi criado em 2010 pelo governo federal e idealizada através da união de cinco ministérios com o intuito de desenvolver um projeto que integrasse em um único equipamento “atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital” (BRASIL, 2013). De início, eram chamados de Praça do PAC, mas, em 2013, foram rebatizados com o nome atual. (BRASIL, 2013; BRASIL, 2015; TSUKUMO, 2014 apud. OLIVEIRA; COSTA, 2018).

Ao longo de quase duas décadas os CEU's vêm se apresentando como o espaço do convívio, lugar que condensa o cotidiano das atividades humanas e que carregam sobre si aspectos que qualificam a representatividade dos bairros nos usos e na configuração espacial. (ISRAEL, 2020, p. 140).

² De forma complementar, dialogou-se com frequentadores da Praça CEU, com vistas a compreender como percebem as atividades oferecidas e com que frequência visitam o espaço. Esses diálogos se deram de forma aleatória e não probabilística, muito em decorrência dos contatos da autora com conhecidos que frequentam o local e o objetivo foi perceber como visualizam o espaço. Essas conversas se deram entre 16 e 19 de janeiro de 2022 por intermédio do aplicativo Google Meet.

O projeto foi elaborado de forma integrada em um mesmo espaço, com programas de ações culturais, práticas esportivas e de lazer, afim de promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social nas cidades brasileiras. Segundo o Portal ePraças, atualmente o CEU contém mais de 400 unidades instaladas em todo país. Para que um projeto CEU seja executado em um município é preciso seguir certa padronização arquitetônica que utiliza como referência três tipos de modelos com dimensões entre de 700 m² a 7.000m². Na Figura 1, pode ser visto o Mapa de unidades CEU no Brasil que mostra a disposição dos locais que possuem esse tipo de projeto.

Figura 1 - Mapa de unidades CEU no Brasil



Fonte: Mapa da Cultura (2021). Disponível em: mapas.cultura.gov.br/. Acesso em: 28 nov. 2021

As praças contam com biblioteca, cineteatro (48, 60 ou 125 lugares), laboratório multimídia, salas de oficinas, espaços multiuso, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), além de pista de skate. Os CEUs maiores (3.000 e 7.000 mil m²) também contam com quadra de eventos coberta, *playground* e pista de caminhada. (PRACINHAS DA CULTURA, 2021).

Com o intuito de potencializar uma região por meio de uma rede de equipamentos

públicos, a Prefeitura de Juiz de Fora e o Governo Federal, em parceria da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), responsável pela antiga Praça “Almirante Tamandaré” (Figura 2), decidiram por edificar a Praça CEU Coronel Adelmir Rumualdo de Oliveira. Sua inauguração ocorreu em 15 de março de 2015 na rua Juscelino Kubitschek, nº 5899, no Bairro Benfica, em Juiz de Fora - MG, em terreno doado pela Imbel.

Figura 2 - Praça Almirante Tamandaré



Fonte: Acervo Mauricio Lima Correa. <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/pracas-0-fotos.html>. Acesso em: 25 nov. 2021

Segundo o Portifólio da ACAV (s.d), a gestão da praça CEU se encontra em parceria com a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA) e a organização social Associação Cultural Arte e Vida (ACAV), nomeada em 2018 pelo Ministério da Cultura como Ponto de Cultura, já que a associação contribui para as atividades culturais em sua comunidade, para o acesso, para a proteção e pelos direitos dos cidadãos no Brasil.

Figura 3 - Praça CEU de Juiz de Fora - MG



Fonte: PJF <<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=70335>>.
Acesso em: 25 nov. 2021

Segundo Sun Alex (2016), um espaço público de uma cidade pode se definir de diversas formas e tamanhos, desde a calçada até a vista de uma janela. Um espaço público pode ser desenvolvido para ser um lugar designado ou um lugar público de uso cotidiano, assim como são as praças e parques. “A palavra “público” indica que os locais que concretizam esse espaço são abertos e acessíveis a todas as pessoas sem exceção, como definem os autores. Desde o início do século XX, as políticas nos espaços públicos têm-se desenvolvido como uma ferramenta para atender uma deficiência social, seja por momentos de pós-guerra, desastres naturais, desenvolvimento tecnológico, econômico ou também político, a construção de praças sempre visa atender uma demanda social atual.

Todavia, a proposta valoriza a educação como instrumento protagonista de toda a ação de inclusão social, de elevação da qualidade de vida e facilitador para a implantação local de qualquer outra política pública voltada à prestação de serviços públicos, tais como saúde e segurança, na área preventiva, ou mesmo emprego e renda, para além dos aspectos ligados a esporte e lazer, hoje já contemplados nos CEU’s (ISRAEL, 2020).

Como se observa na citação acima, embora a Praça CEU tenha um apelo ao lazer e à cultura, o acesso se dá mediado pela educação, isto é, se antevê a possibilidade de realizar ações ligadas à educação no espaço, de maneira a favorecer que os usuários possam apreender novos paradigmas ligados a diferentes saberes.

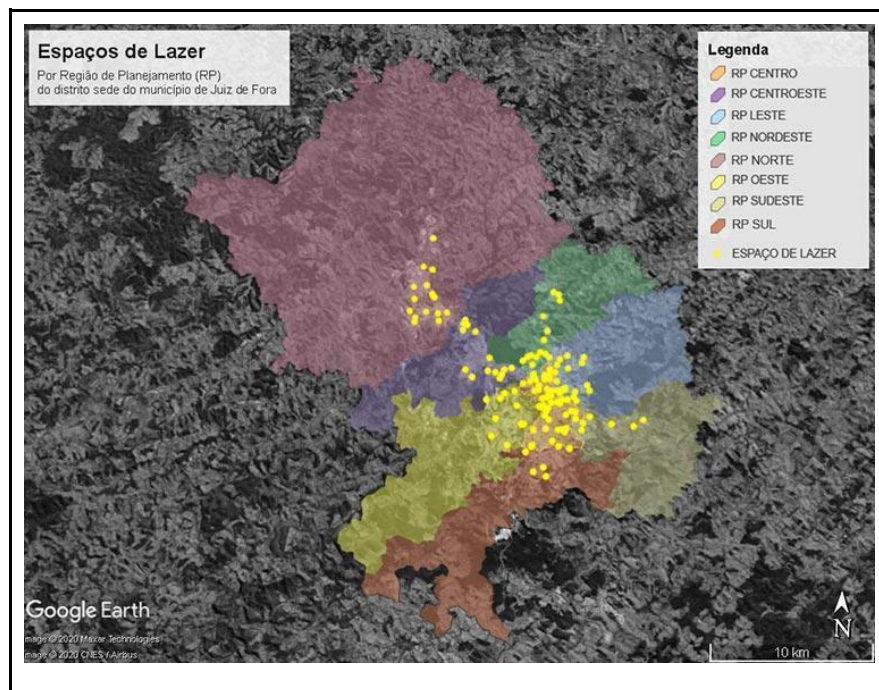
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPAÇOS DE LAZER: um olhar para as Praças CEU’S

O sentimento de pertencimento de uma população com relação a um determinado local é capaz de gerar benefícios para os dois lados. Apropriamo-nos da cidade quando nos identificamos com ela, e a partir desta relação de identidade com o ambiente urbano, passamos a dar sentido ao lugar ao que antes era apenas um local e, assim, podemos atuar neste ambiente atribuindo uma nova imagem, ou seja, personalizando o espaço. (LIBERALINO, 2007, p.42 apud SANTOS; et. al. 2019, p. 9).

A rua, além de ser o testemunho da forma do percurso e da forma do parcelamento do solo, é o lugar do encontro da vida cotidiana. A praça, independentemente de sua forma, em sua origem, correspondia a uma abertura privilegiada do tecido urbano, que, em sua função principal, era a síntese do encontro e do comércio, abrigando a própria condição de expressão das relações sociais (ALVAREZ, 2008).

Em uma pesquisa feita pelo Laboratório da Paisagem, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, os autores Rosa; Fantin; Okada (2020), mostram como as áreas de lazer da cidade são mal distribuídas, tendo maior parte concentrada na região central e escassamente nas regiões periféricas, a imagem abaixo de fato mostra esse desequilíbrio.

Figura 4 - Mapa dos Espaços de Lazer no distrito sede de Juiz de Fora



Fonte: ROSA; FANTIN; OKADA (2020 p. 135.)

Considerando os 121 espaços de lazer considerados pela metodologia em Juiz de Fora, percebeu-se que a região Central é onde mais se concentram espaços de lazer, totalizando 34 dos espaços de lazer (28,10%), sucedida da região Norte com 26 (21,48%) e Sudeste com 7 (5,78%), ao passo que as menos expressivas são a região Oeste com 10 espaços (8,26%) e a região Nordeste com 11 espaços (09,10%) contabilizados (ROSA; FANTIN; OKADA, 2020). Dessa forma, será mesmo que o lazer é acessível e inclusivo a todos? Tendo a realidade dos dados apresentados, podemos inferir a insuficiência das áreas públicas de lazer para diferentes habitantes de Juiz de Fora.

A acessibilidade e a inclusão são sempre um constante desafio para as políticas públicas, pois um espaço público pode ser além de apenas um “espaço”, pois nele podem-se realizar atividades que visam promover ainda mais o local para maximizar seu alcance e incluir diferentes grupos sociais de maneiras alternativas. Hoje, o lazer é tido como um direito social em diversos documentos de políticas públicas. Entretanto, um problema a ser enfrentado é a sua concepção instrumental, justificada em muitos casos a partir de critérios de utilidade, a reboque de outras políticas sociais, como a saúde, a educação e até a segurança (LOUREIRO; SOUZA, 2006). No que tange à Praça CEU Coronel Adelmir Romualdo de Oliveira, se percebe a busca por realizar uma aplicabilidade de projetos que visam a acessibilidade e ações inclusivas como uma ferramenta de alcance para interagir com a comunidade.

Figura 5 - Atividades de lazer na Praça CEU em Juiz de Fora - MG



Fonte: Autora

As oficinas são oferecidas de segunda-feira a sexta-feira de 07:00 às 22:00h e aos sábados, domingos e feriados de 10:00 às 19:00h, inclusive com diversas oficinas esportivas e artísticas gratuitas para a comunidade, sendo elas:

Tabela 1 - Cronograma de oficinas na Praça CEU em Juiz de Fora - MG

OFICINA	HORÁRIO	FAIXA ETÁRIA
Futsal	6:00 às 16:00	Livre
Teatro	06:00 às 18:00	Livre
Balé clássico	06:00 às 18:00	Livre
Jazz	06:00 às 18:00	Livre
Dança urbana	A partir das 06:00	Livre
Violão	06:00 às 16:00	10 anos

Flauta	06:00 às 16:00	6 anos
Capoeira	06:00 às 18:00	6 anos
Basquete	06:00 às 18:00	10 anos
Ginástica	06:00 às 18:00	Adulto
Alongamento	06:00 às 18:00	Adulto
Artesanato	06:00 às 16:00	Adulto

Fonte: Coordenação Praça CEU

Toda a Praça é aberta para acesso livre da comunidade, mesmo para as pessoas que não participam de nenhuma oficina. Há uma logística para o uso mais organizado, como, por exemplo, o uso das quadras poliesportivas e do cine teatro que exige um agendamento adiantado em uma fila de espera. Também são de livre acesso a biblioteca e o laboratório de informática, determinando um tempo limite de duas horas por usuário. O espaço oferece oficinas de flauta, violão, teatro, capoeira, ginástica, alongamento, futsal, basquete, balé, jazz, danças urbanas e dança. Disponibiliza também mesas de ping-pong, um parquinho e o espaço com aparelhos para o exercício físico, pista de corrida que contorna a Praça, além dos eventos incentivadores como o Desafio de Tênis de Mesa que já está em sua 14ª edição, a Colônia de Férias, que está em sua 8ª edição, o Cine CEU e apresentações de dança e eventos de zumba e outros exercícios promovidos nas salas de multiuso.

5 OS DESAFIOS DA GESTÃO DO LAZER NA PRAÇA CEU

Primeiramente, foi possível conhecer a perspectiva do coordenador geral do espaço. Pedagogo, especialista em políticas públicas e gestão de investimentos estratégicos na educação básica. Atuou na FUNALFA (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage) a partir de março de 2015, iniciando seu trabalho na praça como coordenador de eventos culturais e, após um ano, se tornou coordenador geral até os dias atuais.

Foi questionado sobre seu tempo e experiência atuando como representante da

instituição, sobre projetos futuros e passados executados na praça, sua visão política em relação a administração pública, barreiras e conquistas, além de relatos compartilhados que surgiram durante a conversa. Feitas essas considerações, o objetivo deste capítulo é discutir os desafios da gestão da Praça CEU, a partir das seguintes categorias: inclusão, gestão da Praça CEU e percepções em torno do lazer.

5.1 Inclusão na Praça CEU

Inicialmente, em uma abordagem de visitação em um cenário anterior a pandemia, a praça contava com o funcionamento de seus espaços abertos, oficinas, atendimento social, entre outras subdivisões que costumavam receber visitantes, não em sua totalidade, da região norte da cidade. Como abordado anteriormente, a realização da entrevista com o coordenador representante possibilitou uma visão político-administrativa do espaço e foi possível conhecer esse panorama em paralelo. Em entrevista o mesmo explica como a rotina de trabalho da coordenação geral têm “várias camadas”, e como esse mecanismo aborda a forma de funcionamento do equipamento, criando estratégias para o uso dos espaços.

Podemos somar a fala do coordenador sobre as “camadas” da administração pública ao conceito de Pochmann (2004, p. 392), onde o autor define essa estratégia como uma articulação dos programas sociais que interagem em torno do que ele chama de “três eixos-chave”, composto pela “redistribuição de renda, a emancipação social, política e econômica e o apoio ao desenvolvimento local. Uma abordagem que se complementa que a administração da praça, envolve projetos, a coordenação pedagógica dos professores de arte, cultura e de esporte, ou seja, sempre buscando parcerias e o diálogo direto ou indireto na zona norte.

O coordenador geral da praça relata com muito carinho sobre os propósitos e os objetivos em atender a comunidade. Um dos questionamentos deste estudo era descobrir por que direcionar as práticas de lazer para as necessidades locais. Ao questionar se o coordenador geral acredita que a praça atende aos requisitos como alternativa de lazer para os moradores e se atinge as pessoas que você buscado atingir o mesmo responde:

“Desde o dia 15 de Março de 2015 até hoje a gente busca se adequar e atender as demandas, as necessidade e as políticas públicas, seja ela de cultura, esporte, lazer ou qualquer outra. A comunidade é muito diversa, ela é muito diferente, os desejos são diferentes, os desejos das faixas etárias são diferentes, isso tudo é um desafio. Eu não posso dizer que a gente atende plenamente, mas que a gente busca diariamente, a gente busca atender esses anseios”. (Coordenador geral da Praça CEU).

Sendo assim, é possível ver a praça como um equipamento que, assim como outras gerências públicas, têm seus pontos fortes e fracos, mas que estão sempre em busca de melhorias para que suas ofertas tenham alcance para todos os grupos. Após diálogos com frequentadores, eles relataram terem conhecimento, mas não possuem nenhum vínculo com o espaço por falta de tempo ou de interesse. Após o levantamento das pesquisas, foi identificado que os visitantes não conhecem a fundo os projetos executados e ofertados pela praça CEU. Ao questionar o coordenador geral do espaço sobre uma estratégia de inclusão e acesso de comunicação a população o mesmo relata:

“Um equipamento como este que oferece arte, cultura, esporte, lazer, teatro, biblioteca... atinge uma grande parcela da região norte em seu centro mas, estamos desconectados, por exemplo, das pessoas que estão na zona norte e ainda sim afastados da praça e não consegue acessar por que não tem transporte ou meios de investimentos para passar uma tarde de lazer. Existem fatores que mostram que não conseguimos acessar a todos. A distância é o maior dos abismos que temos para atingir certas populações da zona norte. Temos vários desafios, o principal deles é identificar, fazer um diagnóstico e estar sempre atento às necessidades, buscar entender quais são essas questões que permeiam e faz com as pessoas não acessem esse equipamento” (Entrevista com o Coordenador da praça CEU).

Mesmo que a praça CEU tenha um leque de acesso aos principais canais de comunicação da cidade como rádio, TV e internet, ainda sim as barreiras de acesso são identificadas mesmo que estando em constante busca de melhorias. Após o levantamento das pesquisas foi identificado o desconhecimento ou falta de acesso aos projetos de inclusão por meio dos entrevistados.

5.2 Gestão da Praça CEU

Em seu relato, o coordenador do espaço explica que a praça CEU é considerada uma “O.S” (Organização Social), sendo gerida pelo terceiro setor através de um contrato de gestão. “Tem-se um conselho gestor tripartite onde participam seis pessoas da comunidade, seis pessoas da sociedade civil organizada e seis pessoas do poder público”. Esse conselho sendo uma gestão compartilhada entre poderes é muito importante para o direcionamento administrativo da praça CEU, sendo diretamente impactante em seu funcionamento. Com isso, foi possível estender o contrato de gestão por mais três meses. Essa medida foi diretamente impactante ao funcionamento da praça CEU dando a possibilidade de sequencialmente oferecer o programa de colônia de férias para seus frequentadores.

“Se não fosse por ele a praça não teria gestão desde 13 de dezembro (2021) quando seu contrato iria acabar, o conselho brigou, foi até o poder público, vereadores, na

prefeita Margarida Salomão [...] é uma organização importante, pode passar gestão municipal, gestão da praça mas o conselho fica” (Entrevista com o Coordenador da praça CEU).

Sendo a praça CEU uma política diretamente ligada à FUNALFA, o órgão público responsável pela política da cultura do município de Juiz de Fora que administra o CEU e gerencia as atividades do seu conselho gestor da praça. Segundo o Portal da Prefeitura de Juiz de Fora (s.d), o órgão também é responsável pela administração da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, do Centro Cultural Bernardo Mascarenhas (CCBM), do Museu Ferroviário de Juiz de Fora, do Anfiteatro João Carriço e do Centro Cultural Dnar Rocha. Além de também gerenciar a Lei Municipal de Incentivo à Cultura (Lei Murilo Mendes), cuidar das atividades do Conselho Municipal de Cultura (Concult) e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (Comppac).

Em paralelo, o coordenador expõe como a relação praça CEU e a FUNALFA estão diretamente ligadas, pois, segundo ele, a fundação é responsável por decisões de caráter mais estrutural, embora essa articulação seja contínua, é o que dá as diretrizes para o desenrolar do trabalho, sendo uma relação de troca, transparência e construção muito importante pois como o trabalho se dá por um contrato de gestão, as diretrizes são dadas pelo poder público.

5.3 Percepções em torno do lazer

Se nós perguntarmos se as atividades realizadas na Praça CEU estão mais ligadas ao lazer ou à recreação, não é possível mensurar essa relação. Como o coordenador da praça considera:

“Não é possível fazer uma balança do que é mais e o que é menos, mas sempre entendendo a grande importância e necessidade que ambos têm na vida do indivíduo. É um grande erro pensar que a recreação e o lazer não são para todo mundo, algo que precisamos desconstruir. Acredito que a praça é um super equipamento de recreação e de lazer. (Entrevista com o Coordenador da praça CEU).

É perceptível que a existência da legislação e o fortalecimento de importantes organizações lideradas pelos diferentes sujeitos sociais fortaleceram o novo debate sobre a equiparação de oportunidades de lazer desses segmentos à de toda a população. Mesmo assim, as visões de lazer disponíveis precisam avançar bastante para assegurar atividades cotidianas para que os sujeitos possam buscar os meios para combater a sua exclusão social (SILVA et. al, 2011, p. 41).

Para um melhor entendimento das atividades realizadas na Praça, em entrevista com um ex-funcionário que atuou como professor da oficina de dança por quase dois anos, ao ser questionado sobre sua visão do lazer e se considera as atividades realizadas na praça importantes e efetivas, o mesmo define o lazer como “bem estar, diversão, fazer uma coisa que não é do seu cotidiano. para distrair a mente dos dias conturbados”.

“O tempo que a gente fica lá, fazer ginástica, dança.. eu gosto muito das atividades... eu sou de uma certa idade, tem gente mais idosa que eu e tem os jovens, geralmente quando tem ginástica a gente fica junto com os mais jovens, na dança também, brinca... Isso é muito importante pra vida porque senão ia ficar só os “velhos”, aí perde a graça” (Entrevistada de 65 anos - moradora de benfica há 55 anos)

Para o professor, o maior objetivo era passar o máximo de informações possíveis considerando o desafio de aplicar as aulas para diferentes perfis e faixa etárias, considerando que muitos visitantes e praticantes das oficinas não têm condições para pagar aulas particulares o professor de dança conta que diante dessa realidade o seu maior objetivo é formar nenhum dançarino profissional, mas sim mostrar uma possibilidade que pode ser trabalhar com a dança no futuro, coisa que segundo ele, já aconteceu, “crianças e mães vieram falar comigo sobre isso o que me motivava muito”. Como citado acima pelos autores Liberato (2007) e Santos (2019), sobre o sentimento de pertencimento de uma comunidade, baseado nos relatos, é possível entender a importância do papel da inclusão nos diferentes padrões e buscas pela comunidade.

Assim, a capacitação ocupacional técnica e gerencial de negócios visa a elevar os padrões de competitividade, incorporando novas tecnologias e estimulando a contratação de beneficiários dos programas sociais. Neste sentido, cabe aos Fóruns de Desenvolvimento Local a função de envolvimento da sociedade civil organizada nas mais distintas regiões geográficas da cidade, valorizando o empoderamento dos segmentos excluídos em torno da constituição de uma agenda popular de desenvolvimento local (POCHMANN, 2004, p. 395).

Sendo assim, após passarmos pelos conceitos bibliográficos em conjunto aos conceitos coletados por meio da metodologia de entrevistas, podemos considerar que sua composição relaciona tanto a recreação quanto o lazer enquanto funções realizadas em prol do tempo livre que permite cultivar a cultura, a arte e o esporte enquanto vivências do lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, o lazer está inserido em nossa constituição como um direito social fundamental para todas as pessoas. Embora o estudo bibliográfico seja de uma contribuição de grande relevância, o questionamento por ele proposto não se esgota, pelo contrário, ao pesquisar o tema é possível abrir espaço para novos estudos futuros. Com o estudo de campo foi possível entender além do produto técnico, os relatos do público-alvo em questão defendem a ideia de que a comunidade demanda de projetos consistentes que englobam de fato, necessidades reais do dia a dia. Com isso, entende-se que a construção de um equipamento de lazer enquanto política pública não é de fato um equipamento sem um projeto, sem uma administração e uma gestão que promova suas atividades e seu alcance de comunicação para toda a comunidade. Um projeto bem executado necessita de bons profissionais que direcionam e gerem a máquina pública.

Para entender a praça CEU Coronel Adelmir Romualdo de Oliveira em Juiz de Fora sob a visão de seus frequentadores e também gestores deve se compreender que, como um instrumento da Prefeitura de Juiz de Fora, a Praça CEU está cada vez mais buscando a realização de atividades nas áreas da arte, esporte, lazer, cultura e cidadania. É importante ressaltar que houveram algumas limitações do estudo durante as entrevistas realizadas com o público-alvo, por conta do recente cenário de pandemia, não foi possível realizar uma observação dos usuários pelo equipamento. Além do mais, todas as entrevistas foram feitas por meio virtual, causando certa dificuldade de contato com os entrevistados.

O foco da Praça CEU consiste em ações, projetos, programas e serviços do CEU que almejam a vivência de direitos constitucionais e cidadãos; a promoção da cidadania; a melhoria da qualidade de vida das pessoas; a diminuição da violência e a atenuação da vulnerabilidade social na região. É fundamental que ocorra a inclusão das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos propiciando a oportunidade de participarem de atividades em um espaço criativo de educação integral, ampliada e voltada à construção de conhecimento. Logo, as estratégias são ofertar atividades de artes, cultura, lazer e esporte para as comunidades do entorno especificamente e a todos os cidadãos de forma geral e estimular a prática de expressões culturais e artísticas, as atividades físicas, além de disponibilizar serviços sócio-assistenciais. Assim, ser um espaço de convivência, de boa receptividade e de estímulos às relações intergeracionais.

Sendo assim, o estudo proposto teve a oportunidade de criar reflexões e ampliar uma

visão sobre como um equipamento público pode impactar diretamente a vida das pessoas em suas proximidades. A praça CEU de Juiz de Fora contribui para a construção de uma visão sobre o campo do lazer que se desenvolve junto com os avanços de consciência e de necessidade social que se desenvolvem ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

AREIAS. **Direito social ao lazer no Brasil: Análise das contribuições da produção acadêmica difundida no campo da educação física**. Da constituição federal de 1988 aos dias atuais. UFES. Vitória, 2011

Secretaria do Estado da Fazenda. **Capítulo II dos direitos sociais**. s.d. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/constituicaoof.nsf/0/841b0ec1d0898d330325675400629339?OpenDocument>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

HOURCADE, H. GUTIERREZ, G. **Qualidade de vida e os estudos sobre políticas públicas de lazer**. UNICAMP. 2004

CARDOSO. C. **O palco da Praça: As transformações na praça Franklin Roosevelt pelas mãos do teatro**. USP. CELACC. São Paulo. 2009

E-PRAÇAS. GOVERNO DO BRASIL. **Praça CEU Coronel Adelmir Rumualdo de Oliveira, Juiz de Fora - MG.** Disponível em: <<https://epracas.cultura.gov.br/pracas/808e613b-3b5a-41dd-af7f-454f8fb964a9>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

sem autor. **ACAV. Associação Cultural Arte e Vida.** s.d. Disponível em: <<http://www.acavjf.org.br/pdf/portfolio.pdf>>. Acesso: 22 fev. 2022.

GOMES, C. **Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura.** Universidade Federal de Minas Gerais/CNPq/Fapemig. Grupo de Pesquisa Otium – Lazer, Brasil & América Latina. Belo Horizonte v. 1. 2014

GOMES, C.; PINTO, L. **O Lazer no Brasil. Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas.** Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica. v 11. ed. UFMG. 2009.

GONÇALVES. M. C. **As férias. Breve panorâmica histórica. Comunicação, Arte e Cultura.** 2011. Disponível em: <<https://comartecultura.wordpress.com/tag/lazer-2/>>. Acesso em: 10 jan. 2022

GOVERNO DO BRASIL. **Modelos de CEU.** Disponível em: <<http://pracinhas.cultura.gov.br/2014/06/06/modelo-de-ceu-7000m2/>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ISRAEL, Haniel. **Centros Educacionais Unificados de São Paulo (2004-2019): cidade, edifício escolar e praça de equipamentos públicos.** Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

KLEIN, N. **A alternativa pós-capitalista do Green New Deal.** Tradução de Aline Scátola. ECO21. s.d. Disponível em: <<https://eco21.eco.br/a-alternativa-pos-capitalista-do-green-new-deal/>>. Acesso em: 12 jan. 2022

LEITE, R.F. **Pesquisa Qualitativa em Educação em Ciências: enfoque na construção e análise dos dados.** Arquivos / v. 5 n. 9 (2017).

LOUREIRO, J. A.; SOUZA, V. R. F de. **Política de lazer e o espaço urbano: a experiência da revitalização do cais da aurora em recife-pe.** Motrivivência Ano XVIII, Nº 26, P. 155-167 Jun./2006.

MEDEIROS. B.; NUNES. T. **Acessibilidade e inclusão em espaços coletivos de lazer.** ENEA. UFRN. 2016.

OLIVEIRA. A. C de. COSTA. K. A. F. **Centro de artes e esportes unificados e estudo de existente ceu profº samoel brondi, presidente prudente – SP.** Unoeste. Colloquium Socialis, Presidente Prudente, v. 02, n. 3, p. 19-25 jul/set 2018.

OUDENAMPSEN, Merijn. **A cidade como playground.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 03, página 52 -| 55, 2011. Disponível em: <<https://piseagrama.org/a-cidade-como-playground/>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

QUALITATIVA: **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.** Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.5, n.9, p. 539-551, dez. 2017.

RINGEL F. PAULA, A. M. **A metodologia na construção histórica do ensino da teoria histórico-cultural.** UEMG/Frutal. 2015

ROSA. C; FANTIN. N; OKADA, Y. **A territorialização dos espaços de lazer em Juiz de Fora: direito ou privilégio.** Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes. SSN eletrônico 2317-8604. v. 8, nº 21. 2020.

SANTOS, L. P. **A praça ceu como território educativo: um estudo de caso em sapucaia do sul, rs.** UFRGS. Canoas. 2020.

SAURA, S.C.; ALMEIDA, R.; SANCHES, J. **Interculturalidade, Museu e Educação.** V. 1, 1 ed. São Paulo. Editora Laços, pag. 96-112. 2015.

SILVEIRA. S. V. **Da "política de instante" à "política para o instante": uma crítica de políticas públicas de lazer no brasil.** UFM. São Luís. 2015.

VIEIRA. S. A. B. **Os parques infantis da cidade de São Paulo (1935-1938): análise do modelo didático-pedagógico.** Revista de Iniciação Científica da FFC, v.4, n.1, 2004.

ZANETTE, M. S. **Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017.

Portal PJF. **Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA.** Juiz de Fora. s.d. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

SILVA, Débora. Et. al. **Importância da recreação e do lazer.** Cadernos interativos – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo. Gráfica e Editora Ideal, Brasília. 2011.

POCHMANN, Márcio. **Educação e Trabalho: Como desenvolver uma relação virtuosa?.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004